

Da “Maria Antônia” à Cidade Universitária: narrativas e experiências de uma comunidade docente em trânsito (FFLCH-USP)

Glauber Cícero Ferreira Biazo*

O presente artigo é fruto de um estudo a respeito do processo de profissionalização da carreira acadêmica ocorrido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) entre a década de 1970 e os dias atuais, através da análise de memoriais e da realização de entrevistas de história oral de vida com professores titulares.¹ Os docentes entrevistados foram os primeiros a vivenciar integralmente o processo de profissionalização acadêmica implementado pelo regime militar. Muitos iniciaram a carreira na universidade sem remuneração, trabalhando informalmente e, na maior parte das vezes, em regime de tempo parcial, ou seja, o equivalente a 20 horas semanais.

O estudo das trajetórias acadêmicas revelou que a profissionalização instituída oficialmente possuiu um caráter ambivalente: ao mesmo tempo em que enquadrou os professores em um novo sistema organizado para o ensino superior – cuja perspectiva de implantação era abertamente tecnicista –,

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: glaubiazo@yahoo.com.br

1 Foram entrevistados 19 professores titulares da FFLCH-USP entre 2011 e 2013, a saber: Ana Fani Alesandri Carlos, Benjamin Abdala Júnior, Davi Arrigucci Júnior, Eunice Ribeiro Durham, Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, Franklin Leopoldo e Silva, Janice Theodoro da Silva, José Álvaro Moisés, José Augusto Guilhon de Albuquerque, Leyla Perrone-Moisés, Mário Miguel González, Olgária Chain Feres Matos, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Renato Janine Ribeiro, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Sandra Margarida Nitrini, Sérgio França Adorno de Abreu, Wanderley Messias da Costa e Zilda Márcia Grícoli Iokoi. As entrevistas podem ser consultadas na íntegra no volume 2 da minha tese de doutorado. Todos os textos foram conferidos e aprovados pelos respectivos narradores. Ver Biazo (2014).

assegurou-lhes na Universidade de São Paulo trajetórias que teriam a estabilidade e a dedicação exclusiva como características marcantes. Paradoxalmente, foi a nova carreira docente institucionalizada durante a ditadura que galvanizou o terreno para que os professores pudessem resistir e lutar por melhores condições de trabalho e, posteriormente, participar ativamente da construção de linhas e núcleos de pesquisa capazes de dialogar com a sociedade e as instituições democráticas.

Este artigo trata do processo de construção de uma comunidade acadêmica abalizada pela resistência à ditadura e pela elaboração de uma perspectiva teórica crítica e autônoma em relação aos problemas brasileiros no período de redemocratização política. Os intelectuais em questão serão apresentados, desse modo, em dois momentos diferentes. Primeiramente, analisar-se-ão aspectos ligados à formação acadêmica dessa intelectualidade ocorrida em um contexto de hegemonia do horizonte cultural romântico e revolucionário (Ridenti, 2000). Em um segundo momento, tratar-se-á dos investimentos realizados pelos docentes na estruturação de núcleos de pesquisa que surgiram em meio à chamada “crise das utopias”, em uma conjuntura marcada por problemas econômicos e sociais próprios ao contexto político democrático.

Formação universitária

Os professores titulares entrevistados foram interpretados coletivamente como parte de uma *comunidade de destino*.² Isso, em outras palavras, significa que esses docentes possuem uma experiência em comum: a de fazerem parte de uma instituição de ensino – atuando como professores e pesquisadores –, compartilhando responsabilidades em uma mesma carreira profissional e pública em toda a sua integralidade. Assim, a comunidade de destino dos docentes da FFLCH-USP foi aqui investigada a partir das experiências compartilhadas em um mesmo contexto socioeconômico e histórico de transição política trançada da ditadura para a democracia.

Espremida entre dois cenários políticos opostos e duas culturas universitárias – uma baseada nas cátedras e a outra na nascente profissionalização –,

2 Para Meihy (2005, p. 72), “*comunidade de destino* é o resultado de uma experiência que qualifica um grupo, articulando princípios que orientam suas atitudes de maneira a configurar uma coletividade com base identitária”.

a comunidade docente reconstruiu em suas memórias as experiências individuais que mencionam o medo, a censura, as cassações dos professores, o fechamento do edifício que abrigava a Faculdade de Filosofia na rua Maria Antônia, a prisão, a tortura, o “desterro” e o “exílio” na cidade universitária. Nesse sentido, as entrevistas de história oral de vida possibilitaram avaliar múltiplas relações entre as memórias individuais e as principais referências presentes na memória coletiva dos docentes (Halbwachs, 1990).

O conjunto das entrevistas permitiu analisar ainda as interfaces e negociações estabelecidas pelos colaboradores, bem como os silêncios e interditos. Como a memória coletiva consiste em um território permanentemente disputado e atrelado às memórias individuais, foi fundamental compreender a maneira como ambas se alimentaram mutuamente e constituíram um palco de negociações, crises e acordos que forjaram elementos essenciais para a construção de novas interpretações no tempo presente (Pollak, 1999).

Foram investigados os traços mais marcantes presentes na memória coletiva da comunidade docente e como as memórias individuais dos professores negociaram, disputaram e ressignificaram as experiências compartilhadas. Nesse sentido, algumas balizas foram extremamente significativas. A Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia, por exemplo, é um dos principais símbolos presentes na memória coletiva da comunidade docente estudada. O encerramento abrupto de suas atividades ocorreu em outubro de 1968, após a chamada “Batalha da Maria Antônia”. Esse episódio foi marcado por ações orquestradas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) contra os alunos e o prédio da Faculdade de Filosofia, que acabou sendo parcialmente incendiado. Os membros do CCC estavam alojados em um dos prédios da Universidade Mackenzie, localizado do lado oposto na mesma rua Maria Antônia, de onde partiram os ataques realizados com armas de fogo e coquetéis-molotovs. Recentes estudos mostram que o CCC contava com o apoio velado das forças de segurança e do governador de São Paulo para realizar seus ataques contra alvos civis (Lopes, 2014). A tese mais recorrente entre a grande maioria dos docentes entrevistados é a de que esses atos teriam acelerado a ida dos cursos dessa instituição para a cidade universitária localizada no bairro do Butantã. Além disso, os professores argumentam que esse incidente seria parte de um projeto arquitetado pela ditadura para desarticular uma proposta de formação intelectual e política que estava inserida em um contexto de diálogo com a comunidade no centro da cidade.

O contexto ditatorial: uma comunidade docente em trânsito

Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. [...] Esta anomalia – que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo – é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969. Assinala, além de luta, um compromisso. (Schwarz, 2009, p. 7).

O compromisso em cultivar um diálogo entre a universidade pública e a sociedade esteve sempre atrelado a uma consolidada formação humanista. As narrativas docentes fizeram questão de enfatizar também a importância que os temas românticos e revolucionários tiveram em sua formação intelectual, já que muito valorizados em várias esferas do campo cultural brasileiro naquele contexto. Esse potente ingrediente, chamado romantismo revolucionário, nas palavras de Michael Löwy, trazia ainda em sua essência uma crítica aos fundamentos da civilização industrial/capitalista moderna e o desejo de revolucionar as relações sociais (Löwy; Sayre, 1995).

As experiências vividas pelos docentes nos anos 1960 e 1970 têm em comum a superexposição em relação a questões próprias ao desenvolvimento de um imaginário romântico e revolucionário. Nos dizeres de Marcelo Ridenti:

Pode-se pensar no romantismo revolucionário florescente no Brasil nos anos 60 e início dos 70 como um conjunto diferenciado, composto por diversos matizes intermediários entre as utopias de povo-nação e as de inspiração social, na formulação de Saliba, ou entre os romantismos revolucionários jacobino-democráticos, populistas, utópico-humanistas, libertários e marxistas. O florescimento das mais variadas formas de romantismo revolucionário nos anos 60 só pode ser compreendido dentro da temporalidade em que ele se desenvolveu, e posteriormente, refluíu. (Ridenti, 2000, p. 33).

A comunidade docente acompanhou de perto o avanço e o refluxo dos projetos românticos e revolucionários avaliados por Marcelo Ridenti. A essa convivência conjugava-se uma preocupação dos intelectuais em pesquisar e escrever sobre questões ligadas ao tempo histórico adjacente. As atividades desenvolvidas pelo movimento estudantil e pelas novas gerações

de ingressantes na Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia contribuíram para a aproximação entre esta e as intensas atividades político-culturais circunvizinhas.

As narrativas enfatizaram o modo como as experiências vividas no cenário cultural em que estava inserida a Maria Antônia e o intenso convívio com as mais diferentes organizações estudantis, partidos políticos e sindicatos propiciaram o adensamento da educação formal adquirida na academia. Alguns docentes destacaram a importância que a produção artística no contexto dos anos 1960 teve sobre a sua formação intelectual. Olgária Matos relatou que seu ingresso na Maria Antônia se deu aos 17 anos e, como num rito de iniciação, passou a ter acesso a uma intensa vida cultural:

Além disso, conheci pessoas de várias idades e iniciava uma vida cultural que não tinha antes. Próximo à Maria Antônia havia o Cine Bijou, o Teatro Municipal, o Teatro de Arena, a Biblioteca Municipal, as livrarias, era uma vida ligada à cultura. E, na época, a esquerda era a vanguarda cultural. (Olgária Matos, 2012).

Nas vizinhanças da rua Maria Antônia, como citou Matos, havia uma ampla oferta cultural pautada em elementos românticos e revolucionários. Espaços como o Teatro de Arena, o bar Redondo, o Cine Bijou, o restaurante A Baiúca, o restaurante Gigetto, a biblioteca municipal Mário de Andrade e a própria Faculdade de Filosofia da USP cultivavam um intenso diálogo com a comunidade e contribuíam para a formação política dos intelectuais e cidadãos que por ali circulavam.³

O grêmio da velha Faculdade de Filosofia também foi lembrado por Benjamin Abdala como um espaço de liberdade e de formação cultural e política:

O grêmio desenvolvia várias atividades, incluindo teatro e cinema. O Renato Tapajós era aluno de ciências sociais e realizou alguns curtas-metragens

3 Segundo Izaías Almada (2004, p. 97), escritor, dramaturgo e ator do Teatro de Arena entre 1965 e 1968, na época também estudante do curso de Ciências Sociais na Maria Antônia: "A verdade é que para o pequeno espaço da Rua Teodoro Baima em frente ao Bar Redondo, junto à Praça Roosevelt, convergiram inúmeras personalidades da cultura e das artes brasileiras na década de 1960 em São Paulo. Além de apresentar as peças encenadas de terça a domingo pelo elenco principal, o teatro permanecia aberto durante toda a semana com inúmeras atividades: peças alternativas, shows de música popular, teatro infantil, corais, palestras, seminários, encontros políticos, assembleias de várias categorias profissionais".

sobre as atividades do próprio grêmio. Sei disso por que participei de alguns curtas. Tenho vontade de fazer uma edição, tipo fac-similar, com pequenos depoimentos dos atores que atuaram nessa época, para mostrar justamente como se fazia política naquele momento. Algo sem nostalgia. (Benjamin Abdala Júnior, 2012).

A presença do convívio universitário desfrutado nos anos 1960 nas narrativas e no trabalho de memória executado por muitos docentes é resultado do modo como esses intelectuais compreendem a sua atuação acadêmica no presente. O fato de muitos atribuírem àquele contexto cultural uma parcela importante da sua formação intelectual demonstra o quanto suas carreiras acadêmicas são percebidas e representadas como parte integrante de um projeto social mais amplo.

Conforme a narrativa de Sandra Nitrini sobre sua experiência como aluna da Faculdade de Filosofia, os centros acadêmicos eram responsáveis por contribuir para uma formação intelectual e política dos universitários porque eram capazes também de fomentar articulações entre teoria e prática educacional:

No terceiro ano da faculdade fui fazer parte do Centro Acadêmico de Letras (CAEL). Naquela época se escrevia com um ‘L’ só, hoje tem dois porque é Centro Acadêmico de Letras e Linguística (CAELL). Havia vários departamentos, de teatro, de cinema etc. Sei que criaram um departamento de orientação de estudos e nós ficamos responsáveis por esse departamento. E o que nós fazíamos? As turmas eram menores, porque não havia preenchimento de vagas naquela época. Cada habilitação oferecia entre 15 e 20 vagas, se não me engano. Nós nos reuníamos para levantarmos as dificuldades que os ingressantes tinham e íamos atrás de soluções. Em geral, os estudantes tinham dificuldade em latim, sobretudo, em versão, e em análise sintática. O CAEL organizava grupos de estudos, que eram coordenados pelo Zenir e por mim. No fundo, nós dávamos uma espécie de aulas de reforço. O Zenir encarregava-se da análise sintática e eu, do latim. (Sandra Nitrini, 2012).

Os grupos de estudos, as monitorias e as “aulas de reforço” foram mencionadas por Sandra Nitrini para ressaltar as preocupações de uma comunidade estudantil em corrigir a defasagem educacional dos colegas que

chegavam. O objetivo era nivelar as condições de aprendizagem. Nesse sentido, a atuação discente empreendida pelo Centro Acadêmico de Letras foi lembrada como parte integrante da formação de uma geração inteira de professores que viriam a dar aulas em universidades públicas, inclusive na própria Faculdade de Filosofia da USP.

Durante a entrevista, Olgária Matos recordou os momentos que antecederam o fechamento do prédio da rua Maria Antônia, destacando mais uma vez o papel que o movimento estudantil desempenhava em ações voltadas para a formação cultural e política dos alunos:

Antes dos ataques à Faculdade de Filosofia, nós ocupamos o prédio e organizamos uma série de atividades. Havia o setor de jornalismo, de alimentação, bem como o setor que cuidava da biblioteca e outro que cuidava do cinema. Eu era considerada 'alienada' porque gostava de cuidar da área de cinema. Nesse momento passamos no cineclube filmes de Eisenstein, como *A greve*, do Rossellini, *Roma*, *Cidade aberta* e, ainda, *Rocco e seus irmãos*, de Visconti. Havia também o setor de imprensa e um grupo responsável pelos cursos paralelos. Então os cursos que não estavam ocorrendo normalmente eram substituídos por professores convidados para dar uma aula magna. Aprendi Marx em uma dessas aulas públicas dadas na Maria Antônia pelo prof. José Arthur Giannotti. (Olgária Matos, 2012).

As lembranças em relação à Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia sempre remetem à forte presença dos alunos no movimento estudantil e ao cotidiano da vida universitária. Os docentes que lá se formaram fizeram questão de frisar a importância que esse convívio acadêmico teve enquanto um ambiente que favorecia o aprendizado profissional e a formação política. Como as ações políticas convencionais estavam proibidas nos espaços públicos, a Faculdade de Filosofia da USP tornava-se um importante local de encontro e um centro difusor de conhecimento que dialogava com um público mais amplo.

Muitos estudantes que haviam acabado o secundário procuravam pelo cursinho que era dirigido pelo grêmio da Faculdade de Filosofia. Os professores que ministravam as aulas preparando os alunos para os vestibulares correspondiam aos próprios universitários que eram remunerados com uma parte das mensalidades, enquanto a outra era utilizada pelo grêmio para suas necessidades. Nitrini recordou sobre suas atividades como professora no pré-vestibular,

destacando o quanto o convívio universitário agregava conhecimento aos graduandos que estavam procurando uma oportunidade no ensino superior:

Além dessas atividades, havia, evidentemente, as discussões políticas sobre a situação, a ditadura, a falta de democracia, as conversas com os professores e a participação em passeatas. Outra coisa que também era muito importante na nossa época era o grêmio da USP. O grêmio tinha um cursinho que funcionava em dois ou três lugares, nas imediações da Maria Antônia. Para darmos aula nesse cursinho, tínhamos que passar por um processo seletivo concorrido. Essa experiência foi muito importante para a nossa formação, porque a gente estudava, dava as aulas, estava em um meio muito atuante entre os alunos que faziam seus cursos extensivos, ou semi-intensivos ou intensivos. (Sandra Nitrini, 2012).

A Faculdade de Filosofia sempre foi mencionada nas entrevistas como um centro de convergência política na qual predominavam as legendas de esquerda e as organizações católicas progressistas. Essa atmosfera de resistência à ditadura se conjugava ao trabalho acadêmico, na medida em que professores e alunos transferiam para as pesquisas hipóteses e objetivos de trabalho sugeridos nesse cotidiano.

Ao refletirem sobre a produção acadêmica desenvolvida entre os anos 1970 e início dos 1980, alguns docentes mencionaram a prática de associar os objetos e hipóteses de pesquisa à necessidade de se construir uma reflexão a respeito do autoritarismo e de como superá-lo. Janice Theodoro relatou a importância que a questão do Estado teve para a sua produção intelectual e o quanto ela estava atrelada à ideia de contribuir para a construção de um projeto político e social alternativo para o país:

Se tivesse que pensar a questão da minha produção... É, esta é uma questão essencial. O que eu escrevi? Escrevi minha dissertação de mestrado sobre o Rio Grande do Norte. É uma tese que tem uma marca política clara. Naquela época queria encontrar o que todo mundo procurava, aquilo que era específico do Brasil... para se fazer a revolução. Então comecei querendo estudar o movimento messiânico dos fanáticos da Serra João do Vale, no Rio Grande do Norte. Mas esse era um tema muito perigoso para estudar. Acabei estudando um periódico do Rio Grande do Norte e fiz uma análise do jornal. O subtítulo do livro é: raízes da ideologia do planejamento.

Na verdade, o que essa geração tinha na cabeça? A ideia de que para o Brasil sair do impasse em que vivia era necessário você ter um projeto e planejar em cima desse projeto. Todos nós acreditávamos em duas coisas basicamente: em uma utopia de um mundo melhor e numa sociedade mais socialista (do ponto de vista da intervenção do Estado), mais comunitária, menos autoritária. (Janice Theodoro da Silva, 2011).

As palavras de Janice Theodoro atestam a presença de uma concepção de história e de trabalho acadêmico enquanto projeto social. Trata-se de uma perspectiva teórica muito próxima dos termos sugeridos pelo historiador Josep Fontana. Para esse autor, o pesquisador pode optar por se libertar da sua condição de especialista para se tornar um participante que faz a crítica do presente e propõe a invenção do futuro (Fontana, 2003).

Arrigucci Jr., durante a entrevista concedida, sugeriu que a sua opção por estudar a obra cortazariana fazia parte de um contexto social e político mais amplo, traduzida em uma possibilidade de dialogar diretamente com questões do seu próprio tempo:

Havia começado a estudar a obra de Jorge Luis Borges e pensei em fazer uma tese de doutorado sobre ele. Quando comecei a escrever, o trabalho se chamava *Por los senderos del laberinto...* Nesse momento eu tinha descoberto o Cortázar e estava metido nessa coisa política, descoberto o universo de contradições da história brasileira, vivendo o clima da Maria Antônia, e o Cortázar começou a me falar mais de perto! [...] Percebi que se o Borges era importante, no Cortázar também havia uma dimensão bastante nova e que dizia respeito mais de perto ao horizonte imediato da experiência histórica que eu estava vivendo. Decidi então escrever a tese sobre o Cortázar. (Davi Arrigucci Júnior, 2012).

Arrigucci reconheceu durante a entrevista que suas pesquisas e publicações estiveram atreladas a experiências vividas já como professor no contexto da ditadura militar. Walnice Galvão observou que a sua obra como crítico literário foi responsável por demonstrar como alguns livros elaborados em contextos políticos de exceção expressavam questões proibidas através de alegorias. Para a autora, a contribuição de Arrigucci foi fundamental para explicitar como essa foi uma estratégia literária muito utilizada por escritores ao longo da década de 1970 tanto no Brasil quanto na Argentina (Galvão, 1976).

Em um ensaio intitulado *O baile das trevas e das águas*, publicado originalmente no semanário *Opinião*, Arrigucci examinou o livro *Reflexos do baile*, publicado por Antônio Callado em 1976. O artigo foi censurado na primeira tentativa de publicação já que resenhava uma obra a respeito do sequestro de um embaixador americano durante um baile de gala em homenagem à rainha da Inglaterra. Para Arrigucci, *Reflexos do baile* representa “[...] um mosaico que, a seu modo, é também um romance histórico e político”, tendo utilizado uma “fina alegoria irônica, pode ser considerado o mais bem feito dos romances de Callado” (Arrigucci Júnior, 1979, p. 59).

O engajamento intelectual traduzia-se na tentativa de compreender as especificidades da formação econômica e social brasileira, da política e da organização do Estado. Muitas vezes, seguindo a trilha de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido, lançava-se mão de elementos que pudessem contribuir para uma análise concreta do presente. Como bem definiu Roberto Schwarz, um dos principais símbolos responsáveis por moldar a formação dos intelectuais que viveram a experiência repressiva foi o fato de compartilharem o ideal e o *compromisso* em relação à questão pública (Schwarz, 2009).

Sérgio Adorno ressaltou durante a entrevista que quando ingressou no curso de Ciências Sociais, em 1971 – portanto, já situado na cidade universitária –, havia um grande esforço por parte dos professores para superar os entraves impostos pela ditadura. Em suas narrativas, destacou-se a menção feita em relação à manutenção de um compromisso em torno de um “projeto intelectual” que mobilizava docentes e discentes na instituição:

Quando o Florestan Fernandes publicou *A revolução burguesa no Brasil*, escreveu uma dedicatória em que cita as várias pessoas que trabalharam com ele, tais como Fernando Henrique, Octávio Ianni, Gabriel Cohn, José de Souza Martins, entre outros, na qual dizia: ‘Aliaram a aventura do conhecimento à transformação da sociedade’. Esse era o nosso mote, conhecer para transformar. A ideia de que o conhecimento lhe permitiria de alguma maneira ter uma condução mais adequada do ponto de vista político e da transformação. Havia muito esta preocupação. Quando entrei aqui havia um projeto intelectual! Hoje, infelizmente, isso mudou muito. Nós sabíamos que precisaríamos compreender bem o capitalismo no Brasil, a revolução burguesa no Brasil, para a gente saber quais eram as etapas seguintes. (Sérgio França Adorno de Abreu, 2013).

Os professores evidenciaram nas narrativas sobre a história de suas carreiras docentes que o compromisso com a produção acadêmica e as exigências formais ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão eram mediadas por causas sociais mais amplas inspiradas por um horizonte cultural romântico e revolucionário. A presença na memória coletiva dos chamados “projetos intelectuais”, que conciliavam ambições pertencentes ao foro individual a questões ligadas à transformação da sociedade, é um forte indício de que esses referenciais teóricos ainda são considerados significativos para a construção das identidades acadêmicas desses docentes no contexto atual.

Ao observador atento cabe compreender que o trabalho de reelaboração das memórias efetuado pelos professores procura construir um sentido coerente para as trajetórias acadêmicas narradas. Aprender o significado dessa operação torna-se, assim, fundamental para a análise. É relevante, por exemplo, observar que as representações a respeito das razões que levaram esses intelectuais a escolherem os cursos pertencentes à Faculdade de Filosofia extrapolam os limites estritamente profissionais e revelam compromissos e desejos nem sempre explícitos em seus currículos formais. Na maior parte das entrevistas, o contexto político de exceção e o contato com as contradições e desigualdades sociais aparecem como elementos que motivaram a sua decisão pelos cursos da área das ciências humanas e, ademais, pela trajetória intelectual e acadêmica. Sérgio Adorno comentou que a opção pelas humanidades “era uma decisão intelectual e de vida”:

Então acho que era diferente, porque, quando se tomava a decisão de ir para a área de humanas, ela era muitas vezes antiprofissional, já que não havia muitas oportunidades de trabalho. Essa era uma decisão intelectual e de vida. É como se eu quisesse ser um artista. A gente sabia que ia encontrar certos obstáculos na vida, mas acreditava muito naquilo. Então meus estudos são fruto de um ambiente favorável em casa, daquela efervescência política e da vontade de querer conhecer o mundo. (Sérgio França Adorno de Abreu, 2013).

A preferência pelas humanidades, segundo Adorno, se assemelhava à escolha dos artistas pela arte porque havia um sério risco de que a opção por essa área de estudos não resultasse em um trabalho formal e/ou bem remunerado: “Confesso que fiquei meio inclinado para a carreira de direito, mas em 1967 o colégio estava politicamente muito fermentado. A gente ia

muito para as passeatas, discutia muito o que estava acontecendo”. Adorno ainda acrescentou: “[...] o estímulo para ir para as áreas de ciências sociais era muito grande. Tive professores que tinham estudado história, ciências sociais e letras aqui na USP e eles eram modelos para mim. Aliás, acho que essa era uma questão muito importante, nós tínhamos modelos”.

A profissionalização implementou condições de trabalho mais favoráveis para a carreira acadêmica, mas também trouxe à tona uma série de contradições e o desejo de continuar preservando e expressando através das pesquisas certos compromissos que tinham sua origem na perspectiva “romântica e revolucionária”, já não mais hegemônica como nos tempos de formação. Em que medida essa influência teria sobrevivido e resistido às exigências inauguradas com a nova carreira acadêmica? É essa a questão a ser respondida a seguir.

A profissionalização acadêmica e os núcleos de pesquisa

A cultura universitária sofreu mudanças drásticas com o avanço dos parâmetros norte-americanos e o fim das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras no Brasil a partir da promulgação da Lei nº 5.549/68. No entanto, o fato de os docentes entrevistados terem se formado e atuado como professores e pesquisadores pautados por uma cultura acadêmica em transição – entre aquela produzida no contexto da Maria Antônia e a posteriormente desenvolvida na FFLCH-USP – foi determinante para o cultivo de um *ethos* de resistência. Não fosse a efetiva instauração dos concursos públicos no início dos anos 1980, o processo de institucionalização poderia ter liquidado com a produção de saberes autônomos e críticos em relação às contradições que fazem parte da constituição íntima da sociedade brasileira.

A instauração de novas relações de trabalho no interior da academia não se deu, contudo, do dia para a noite. Acompanhando a proposta do Estado autoritário de conduzir a transição para a democracia de maneira “lenta, gradual e segura”, a Universidade de São Paulo realizou um trabalho de contenção dos concursos que impediu mudanças significativas. Muitas vezes a contratação de professores continuou ocorrendo mediante seleções simplificadas sob o controle dos catedráticos sensíveis aos interesses da ditadura, em outras ocasiões a homologação de nomes aprovados em concursos oficiais não ocorria de imediato porque dependia da aprovação da reitoria, que,

fundamentalmente, seguia as orientações da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI). Na USP essa entidade foi criada oficialmente em maio de 1973 e gerou dificuldades para a contratação de candidatos aprovados em concursos que eram considerados contrários ou perigosos à ditadura. A AESI localizada na USP estava subordinada à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que, por sua vez, pertencia ao Sistema Nacional de Informações (SNI) (Motta, 2008).

Algumas conquistas ocorridas nesse longo e tortuoso processo de profissionalização, em compensação, não podem ser desprezadas. Vale citar aquelas ligadas à estruturação formal das carreiras, a conquista de estabilidade e a valorização da dedicação exclusiva. Os núcleos de pesquisa fundados nos anos 1980 e 1990, dessa maneira, precisam ser entendidos como expressão e parte das articulações mediadas pelos docentes que garantiram, desde o final dos anos 1970, a condução autônoma das carreiras acadêmicas em curso.

Uma parcela considerável dos docentes investigados participou diretamente da fundação e/ou de atividades ligadas a núcleos de pesquisa no contexto de redemocratização política do país. Em um grande número de entrevistas esses espaços são descritos como propícios para a construção de diálogos com outros pesquisadores e para o desenvolvimento de pesquisas e linhas originais de investigação, além de contribuírem para a formação de futuros mestres e doutores. Esses núcleos, coordenados e desenvolvidos pelos professores investigados durante o contexto de refluxo das utopias revolucionárias e de consolidação da democracia política, passaram a ser compreendidos como centros autônomos de produção do conhecimento e uma ponte entre a sala de aula e a sociedade.

Serão abordadas algumas narrativas docentes que tratam especificamente das pesquisas e orientações desenvolvidas em alguns núcleos acadêmicos. Elas contribuem para a compreensão do significado que esses núcleos de pesquisa possuem para a trajetória acadêmica dos docentes. A seguir, serão examinadas as falas de Benjamin Abdala Jr. sobre o Centro de Estudos das Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa (CELP), de Zilda Iokoi sobre o Núcleo de Estudos das Diversidades Intolerâncias e Conflitos (Diversitas), de Francisco de Oliveira sobre o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC), de Eunice Durham e José Álvaro Moisés sobre o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NUPPs), de Sérgio Adorno sobre o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) e de Ana Fani Alessandri Carlos sobre o Grupo de Estudos sobre São Paulo (GESP-LABUR).

Para Alessandri Carlos, o Grupo de Estudos sobre São Paulo (GESP) lotado no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, conhecido também como grupo de Geografia Crítica Radical, foi criado com o objetivo de responder a algumas perguntas, por exemplo: “Como o capital financeiro se realiza na metrópole? Como as resistências e lutas acontecem? Como se dá a privação do mundo na metrópole?”. Essas palavras de Alessandri Carlos são muito representativas e denotam suas preocupações em torno da necessidade de seus alunos estarem preparados teoricamente para enfrentar os eminentes processos de mudança sofridos pelas grandes cidades.

O GESP, também ligado ao Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia da FFLCH-USP (LABUR), levou à criação de um Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP) chamado Urbanização e Mundialização, que conta com a parceria do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos. Para Ana Fani, a institucionalização e a viabilização dessas pesquisas realizadas em parceria têm a capacidade de revitalizar o debate acadêmico e contribuir para uma interpretação crítica a respeito das mudanças espaciais nas metrópoles em um contexto definido como mundializado:

Então esse é o trabalho que a gente faz em um laboratório e que é completamente diferente da institucionalização. O que quer dizer o seguinte: a USP caminha numa trajetória, mas na FFLCH há espaços para a gente fazer outras coisas no interior da institucionalização. O Laboratório de Geografia Urbana é importante, a possibilidade de termos grupos de estudos é fundamental, o NAP abre uma perspectiva importante na contramão das tendências produtivistas posta pela universidade neoliberal. (Ana Fani Alessandri Carlos, 2013).

As considerações apresentadas por Alessandri Carlos quanto à possibilidade de atuar de maneira autônoma no interior da institucionalização exemplificam a disposição dos docentes pertencentes à comunidade pesquisada em trabalhar visando contribuir para a formulação de políticas públicas destinadas ao bem comum. Ao estabelecer um diálogo direto com a cidade de São Paulo, as pesquisas orientadas pela professora oferecem ferramentas teóricas para compreender o desenvolvimento do espaço urbano onde a universidade está inserida. Além disso, alguns estudos avaliam as relações entre os indivíduos e a cidade em um contexto de diminuição dos espaços onde os cidadãos podem se encontrar. A análise de Alessandri Carlos representa,

assim, um alerta em relação aos projetos urbanos orquestrados pelo capital financeiro em São Paulo e um desejo de produzir conhecimento capaz de despertar o senso crítico e alterar, modificar, transgredir a ordem econômica estabelecida.

Benjamim Abdala Júnior, professor de Literatura Portuguesa e de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, tornou-se diretor do Centro de Estudos das Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP em 1997. Segundo Abdala Jr., o núcleo realiza estudos comparados entre literaturas de língua portuguesa (Brasil, África e Portugal) a partir de suas bases sociais. Em sua livre-docência intitulada *Imagem (n/a/ç/ã/o) política: literaturas de língua portuguesa, hoje: a dialética do engajamento*, defendida em 1988, demonstrou justamente “como a imagi(nação) política não só reapropria traços definidores da nacionalidade, mas também os reinventa em função de uma perspectiva política libertária” (Abdala Júnior, 1992, p. 16).⁴

Desde os estudos sobre Graciliano Ramos até os mais recentes realizados em relação a autores africanos de língua portuguesa, como Pepetela,⁵ a relação dos intelectuais com as atividades políticas e públicas sempre foi central para as pesquisas de Abdala Júnior. O estudo comparado de escritores africanos de língua portuguesa com escritores brasileiros procura evidenciar as confluências político-ideológicas entre as partes:

A bem da verdade, tudo isso acontecia fora do horizonte da ditadura, nós estamos falando já dos anos 1980 e 1990, época na qual defendi a criação de uma nova área disciplinar, os estudos comparados de língua portuguesa. [...] Juntamente com a Prof.^a Maria Aparecida Santilli, constituímos a disciplina de literaturas africanas em língua portuguesa em nível da graduação. Ela foi a primeira a estudar as literaturas africanas, inclusive em nível nacional, e eu a acompanhei. Isso significou para mim uma extensão, porque eu trabalhava com uma literatura de ênfase política no Brasil e em Portugal, quando cheguei também aos autores africanos. As literaturas africanas foram formadas nessa perspectiva mais política, porque para eles não se tratava apenas de constituir uma literatura nacional, mas também de lutar pela independência do próprio país. (Benjamin Abdala Júnior, 2012).

4 A tese de livre-docência foi publicada pela editora Ática em 1989. Ver também Abdala Júnior (1989).

5 Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Benguela, 29 de Outubro de 1941), conhecido pelo pseudônimo de Pepetela, é um escritor angolano.

As pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Estudos das Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa (CELP-USP) representam, para Abdala, uma possibilidade de dar continuidade a preocupações teóricas e políticas que foram marcantes em sua formação intelectual. O refluxo das concepções românticas e revolucionárias nas esferas política e cultural, ocorrido a partir dos anos 1980 em escala global, justificou e estimulou ainda mais a realização de pesquisas sobre temáticas relacionadas. O CELP-USP, desse modo, tem investido esforços na construção de um trabalho de pesquisa e orientação capaz de investigar o significado da presença de questões utópicas e revolucionárias nos escritos de autores de língua portuguesa por meio da literatura comparada.

Sérgio Adorno trabalha como coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) desde 1990. Esse núcleo foi criado em 1987 e, desde então, está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP. A sua origem está ligada aos trabalhos realizados pela Comissão Teotônio Vilela, criada em 1982 pelo então senador Severo Gomes para apurar crimes contra os direitos humanos. Em 1985, o Prof. Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, um dos seus membros, considerou que deveria fazer parte das atribuições daquela entidade a realização de pesquisas na área de direitos humanos. Adorno comentou a importância do NEV-USP para sua trajetória intelectual:

Nesse período o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro propôs a criação do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) e, ao aceitar, definitivamente me enraizei na universidade. Fiz a minha carreira inteira aqui. Apesar dos problemas que eventualmente a gente tem, gosto muito da universidade porque ela ainda é um lugar privilegiado para trabalhar em termos de autonomia e liberdade. É difícil encontrar um ambiente de trabalho onde existam tantas possibilidades de desenvolvimento, desde que prestando contas. Nós não temos nada contra prestar contas. Mas a questão principal é que nosso trabalho é desenvolvido com autonomia, já que o meu chefe de departamento não diz o que eu tenho que fazer. É claro que existe o compromisso das aulas, mas nós sempre tivemos muita liberdade para montar os programas dos cursos. (Sérgio França Adorno de Abreu, 2013).

O núcleo se comprometeu em realizar pesquisas que objetivaram compreender a permanência de práticas autoritárias durante a construção da democracia. Além disso, destacaram-se estudos que avaliaram o

funcionamento do sistema judiciário no país, outros sobre práticas judiciais, além daqueles que se dedicaram ao exame sobre índices de impunidade e seu impacto na democracia. Houve, ainda, pesquisas que investigaram a confiança política na democracia e suas relações com a punição e o policiamento desejado pela sociedade, bem como sobre a atuação dos agentes de Estado no combate à criminalidade. O enraizamento das atividades desenvolvidas pelo NEV-USP na universidade é representativo desse novo momento vivido pela profissionalização da carreira acadêmica. Para Adorno, as pesquisas desenvolvidas pelo NEV-USP evidenciam, portanto, o diálogo inaugurado pelos intelectuais pertencentes à comunidade estudada com a estruturação do regime democrático e as responsabilidades dele decorrentes.

Em uma pesquisa que se proponha a escrever sobre a história dos núcleos de pesquisa nas universidades brasileiras, o Núcleo de Pesquisas do Ensino Superior (NUPES), atual NUPPs-USP, teria presença destacada pela dimensão que seus trabalhos atingiram ao longo do processo de institucionalização da universidade e no desenvolvimento de políticas públicas para a educação nacional.⁶ Fundado por Simon Schwartzman e Eunice Durham, o NUPPs foi criado com o objetivo de trabalhar diretamente vinculado à reitoria da USP, colaborando para o desenvolvimento de projetos para a reestruturação da própria universidade e do ensino superior como um todo:

Então o NUPES fez muita pesquisa. Nós começamos com uma pesquisa que foi muito interessante, organizada pelo Simon Schwartzman e o cientista político chileno José Joaquín Brunner, que foi um estudo comparativo das políticas de educação superior na América Latina. O grupo estudado incluía o Brasil, Chile, Argentina, México e a Colômbia. Descobrimos que havia problemas muito semelhantes com soluções muito diversas. Ou, então, que havia soluções muito semelhantes, mas que estavam defasadas. Havia um jogo entre os mesmos problemas que, na verdade, tentava-se resolver de um jeito ou de outro, nesse ou naquele momento, mas com

6 Segundo Barreyro e Rothen (2010), o núcleo já foi alvo de estudos importantes: “as políticas públicas da educação superior brasileira a partir da década de 1990 receberam a direta influência do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino Superior (NUPES). Os estudos de Palharini (1998), Silva Júnior (2007), Grello (2008) e Hey (2008) mostram que o Núcleo teve papel predominante nas políticas para Educação Superior no Governo Fernando Collor de Melo e no Governo Fernando Henrique Cardoso, e que as suas ideias ainda estão presentes nas práticas do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, bem como têm forte influência na determinação da agenda de pesquisa da área”.

uma tendência muito grande para andar na mesma direção. Depois disso, comecei a estudar particularmente o sistema educacional brasileiro. A partir desse momento, estranhamente, começaram a me considerar uma especialista... O Simon já era um especialista por conta própria. E nesse contexto passei a ser considerada uma especialista em ensino superior também. Daí comecei a ser convidada para dar assessoria e para escrever artigos. O José Goldemberg, quando foi reitor da USP, me convidou para assessorar a reitoria em termos de política universitária, de modo que meu caminho tomou uma direção muito diferente. (Eunice Durham, 2011).

Foi como “especialista em educação superior” que, mais tarde, Durham atuou como diretora geral da CAPES, secretária nacional de ensino superior e secretária nacional de política educacional do Ministério da Educação durante o governo Fernando Henrique Cardoso. As atividades desenvolvidas pelo núcleo demonstram que um dos marcos da comunidade docente foi repensar a atuação da universidade diante das novas tarefas impostas pela democracia, recolocando a universidade diante do desafio de estabelecer vínculos entre a realização de pesquisas e o diálogo com a sociedade e com o Estado, quiçá contribuindo para a definição de políticas públicas.

Desde 2005, Moisés passou a coordenar o NUPPs-USP, empreendendo no núcleo uma direção mais ampla voltada para a cultura política e estudos em torno da desconfiança dos cidadãos brasileiros em relação à democracia. Desde então, Moisés dedicou-se a compreender por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas, a pensar os direitos políticos e a consolidação da democracia. Recentemente, o NUPPs-USP iniciou estudos preocupados em traçar um balanço crítico dos 25 anos de existência da democracia no país. Para José Álvaro Moisés, esse núcleo de estudos faz parte de um movimento universitário que buscou vencer a especialização a que foram submetidos os departamentos de ciências sociais:

Ora, a especialização levou a uma dificuldade de diálogo entre a ciência política e a sociologia. Agora, faz sentido pensar a política longe da sociedade? Faz sentido pensar os desafios da sociedade sem incluir as tarefas do Estado, da esfera pública para tomar decisões? Exemplifico com isso para mostrar por que na minha análise os núcleos de apoio à pesquisa, dos quais o Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NUPPs-USP) e o Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) são exemplos. Esses núcleos foram

agregando pesquisadores de diferentes áreas, que podem retomar programas de pesquisa com uma integridade e uma perspectiva mais consistente que não existia antes. (José Álvaro Moisés, 2012).

A perspectiva defendida por Moisés, contraposta à especialização do conhecimento e a favor de um franco diálogo com a sociedade, permite qualificar o NUPPs-USP e suas pesquisas como parte integrante dos projetos gestados por uma comunidade docente durante o processo de institucionalização acadêmica ocorrida na transição da ditadura para a democracia política. No caso específico desse núcleo, destaca-se o modo como suas pesquisas acabaram orientando a gestão de políticas educacionais algumas vezes adotadas por instituições pertencentes ao governo federal.

Zilda Iokoi, coordenadora do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas-USP), vinculado à FFLCH-USP e, anteriormente, denominado Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI), defendeu a sua criação como um espaço para o cultivo de atividades de pesquisa a partir da interdisciplinaridade. Segundo a professora, a concretização da Faculdade de Filosofia refundada a partir de 1969, em pleno regime militar, havia reduzido a capacidade de debate entre as diferentes áreas do conhecimento. O Diversitas seria, assim, uma oportunidade para reconstruir um importante espaço de diálogo no interior da FFLCH, propiciando a produção de conhecimentos relativos à questão da intolerância e propondo meios de intervenção no espaço público:

Penso que uma tarefa fundamental, que já estávamos realizando no LEI, era a de fazer todo um trabalho de integração entre a pesquisa e as problemáticas sociais. Nós temos intervenções interessantes realizadas no campo da educação com estudos sobre escola, pesquisas sobre materiais didáticos, produção de documentários voltados para o ensino propriamente dito. Temos já uma produção bastante interessante para pensar os problemas do planeta, a sobrevivência do meio ambiente, os direitos fundamentais da humanidade. (Zilda Iokoi, 2011).

Como parte de uma comunidade docente que foi vitimada pela intolerância e violência cometidas pelo regime militar, Iokoi compreende o Diversitas-USP como um núcleo capaz de fomentar pesquisas e reflexões sobre a história dos movimentos sociais com o objetivo de projetar alternativas de

futuro. A recente criação do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades atesta as preocupações do Diversitas-USP em implementar estudos preocupados em compreender a permanência de condutas antidemocráticas e intolerantes na sociedade brasileira contemporânea.

Francisco de Oliveira, depois de longa atuação no CEBRAP, centro de estudos instituído para abrigar pesquisadores que tinham sido expulsos da USP, encontrou na Faculdade de Filosofia a possibilidade de criar um centro de pesquisas vinculado a outra espécie de tradição institucional e acadêmica, o CENEDIC:

Foi assim que entrei na USP e tive a felicidade de encontrar um grupo muito interessante que incluía a Prof.^a Dr.^a Maria Célia Paoli, que era a figura mais expressiva. Juntos começamos a formar um grupo de estudos que resultou na criação em 1995 do Núcleo de Estudos dos Direitos e da Cidadania (NEDIC-USP). Mais tarde, por recomendação do então diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), o Prof. Dr. Francis Aubert, o núcleo se tornou o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC-USP). Uma vez ligado à FFLCH como um todo, passaria a ter condições de receber maior apoio institucional. Nós sempre nos consideramos amadores, ou seja, amamos o que fazemos. Para nossa surpresa, somos muito bem considerados dentro da universidade. A nossa atividade é muito intensa e produtiva, temos seminários quase semanalmente. Editamos quatro livros a partir de atividades desenvolvidas lá. Enfim, a minha atividade acadêmica na USP deve muito a esse grupo que encontrei e consegui melhorar do ponto de vista de conseguir agregar mais pessoas e contribuir para o desenvolvimento das atividades docentes e de estudos. (Francisco de Oliveira, 2012).

Envolvendo diferentes áreas do conhecimento, o CENEDIC-USP promoveu pesquisas e debates em torno do problema do cerceamento do espaço público e da mobilização de novos personagens na cena dos movimentos sociais nas metrópoles. A publicação de *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*, livro organizado por Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli, trouxe à tona reflexões que nortearam as pesquisas do CENEDIC-USP em torno da globalização e do avanço das políticas neoliberais. Entre os artigos, merece destaque o redigido por Marilena Chauí,

Ideologia neoliberal e universidade, no qual apresentou sérias críticas em relação aos critérios de distribuição de recursos públicos para pesquisa e os princípios de modernização racionalizadora da universidade, posicionando-se frontalmente contra a privatização e terceirização da atividade universitária (Chauí, 1999).

A consolidação dos núcleos de pesquisa na Universidade de São Paulo a partir do final dos anos 1980 e, principalmente, daqueles ligados à Faculdade de Filosofia, representou o esforço dos professores em adequar as novas exigências profissionais a projetos que visavam à construção de um diálogo entre a universidade e a sociedade em processo de democratização política.

Apontamentos finais

Os ideais românticos e revolucionários hegemônicos no período de formação intelectual dessa comunidade docente foram reconfigurados a partir dos anos 1980 e 1990. Em um contexto no qual as utopias revolucionárias começavam a dar lugar às questões democráticas, a comunidade docente passou a interpretar os desafios propostos pela nova carreira acadêmica como uma possibilidade de trazer à tona velhas questões, agora atualizadas em novos modelos de pesquisa e perspectivas teóricas e investigativas.

As narrativas docentes sobre o período de formação intelectual não apresentam apenas um tom nostálgico, elas também revelam conteúdos que ainda estão presentes no trabalho desses intelectuais. Nesse sentido, a memória reconstrói elementos que continuam significativos para a coletividade e que alimentam o modo como a sua experiência profissional na FFLCH-USP é reivindicada. Isso explica o fato de muitos professores terem compartilhado em suas falas uma proposta de trabalho que insiste em defender princípios que ultrapassam os limites formalmente em vigor a partir do processo de departamentalização e profissionalização da carreira universitária inaugurado pela Lei nº 5.540/68.

As representações construídas nas narrativas docentes endossam compromissos políticos diversos atrelados a um modelo de carreira profissional que impulsionou novas maneiras de compreensão, usufruto e defesa da universidade pública. Submetidos aos novos modelos de profissionalização e regulação da vida acadêmica, os professores titulares participaram ativamente das transformações que ditaram a importância e os limites na atuação da

FFLCH-USP no processo de redemocratização política da sociedade brasileira. Diante das novas exigências sociais e governamentais, coube a cada um reinventar a si mesmo enquanto intelectual e, a toda a comunidade docente, defender uma atuação autônoma e pública.

Referências

ABDALA JÚNIOR, B. *Memorial*. São Paulo: FFLCH-USP, 1992.

_____. *Literatura: história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. São Paulo: Ática, 1989.

ALMADA, I. *Teatro de Arena: uma estética de resistência*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARRIGUCCI JÚNIOR, D. *Achados e perdidos: ensaios de crítica*. São Paulo: Polis, 1979.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. O NUPES e a avaliação do ensino superior: concepções, propostas e posicionamentos políticos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33, 2010, Caxambu. *Educação no Brasil: o balanço de uma década*. Caxambu, 2010. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/ONUPIS.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BIAZO, G. C. F. *Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP)*. 699 p. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: <[doi:10.11606/T.8.2014.tde-20012015-180157](https://doi.org/10.11606/T.8.2014.tde-20012015-180157)>. Acesso em: 30 jun. 2017.

CHAUÍ, M. S. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1999. p. 36-37.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 2003.

GALVÃO, W. N. *Saco de gatos: ensaios críticos*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LOPES, G. E. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Pontocom, 2014.

LÖWY, M.; SAYRE, R. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan./jun. 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1999.

RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHWARZ, R. *Cultura e política: 1964-1969*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Fontes orais

ABDALA JÚNIOR, Benjamin [74 anos]. [out. 2012]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 3 out. 2012.

ADORNO DE ABREU, Sérgio França [69 anos]. [abr. 2013]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 30 abr. 2013.

ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani [69 anos]. [jun. 2013]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 3 jun. 2013.

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi [74 anos]. [maio 2012]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 25 maio 2012.

DURHAM, Eunice [85 anos]. [nov. 2011]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 24 nov. 2011.

IOKOI, Zilda [71 anos]. [out. 2011]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 7 out. 2011.

MATOS, Olgária [67 anos]. [jul. 2012]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 26 jul. 2012.

MOISÉS, José Álvaro [72 anos]. [mar. 2012]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 29 mar. 2012.

NITRINI, Sandra [71 anos]. [set. 2012]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 12 set. 2012.

OLIVEIRA, Francisco de [84 anos]. [jul. 2012]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 4 jul. 2012.

THEODORO DA SILVA, Janice [69 anos]. [ago. 2011]. Entrevistador: Glauber Biazio. São Paulo, 9 ago. 2011.

Resumo: Dezenove entrevistas realizadas com professores titulares pertencentes à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) permitiram examinar a construção de uma memória coletiva sobre o papel dessa instituição e de seus intelectuais na transição política da ditadura para a democracia no Brasil. As histórias de vida possibilitaram investigar como os docentes se apropriaram do processo de profissionalização acadêmica determinado pela Lei nº 5.540/68. Tomando como base o exame das carreiras docentes dos professores titulares da FFLCH-USP que atuaram nos últimos 30 anos, a intenção deste artigo é discutir como essa comunidade reiterou seu compromisso na defesa do ensino público e seu desejo de interferir efetivamente nos destinos do país.

Palavras-chave: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), intelectuais, universidade pública.

**From “Maria Antônia” to the University Campus:
narratives and experiences of a professors’ community in transition (FFLCH-USP)**

Abstract: Nineteen interviews conducted with full professors from the University of São Paulo’s School of Philosophy, Languages and Humanities (FFLCH) allowed examining the creation of collective memory about the role played by the institution and its intellectuals during Brazil’s political transition from dictatorship to democracy. Those life histories were the basis for investigating how those professors appropriated the process of academic professionalization set by Law 5.540/68. Based on the careers of those full professors who were active in the past 30 years, this article discusses how that community reaffirmed their commitment to advocating public education and their desire to actually influence Brazil’s destiny.

Keywords: School of Philosophy, Language and Humanities (FFLCH-USP), intellectuals, public university.

Recebido em 31/01/2017

Aprovado em 17/06/2017